

A ELEIÇÃO DE GESTORES E A PRÁTICA DA GESTÃO COMO EXERCÍCIO DE DEMOCRACIA

Autor: SILVA, Filipe Gervásio Pinto da - UFPE/CAA

Co- autor: BARBOSA, John Mateus - UFPE/CAA

Co-autor: SOUSA, Sandra Maria Lima - UFPE/CAA

RESUMO: O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa realizada como parte dos trabalhos da disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica 2, objetivando compreender a relação existente entre a eleição democrática de gestores e ação da gestão tomando como ponto de partida as instâncias democráticas existentes na escola que foi nosso campo de pesquisa. Compreendemos que a participação é indispensável para que aconteça a efetivação dos processos democráticos, tanto na educação como na sociedade de um modo em geral.

Palavras chaves: Eleição de Gestores, Gestão democrática, Participação, Instâncias democráticas.

INTRODUÇÃO

A nossa sociedade vem passando por inúmeras transformações de ordem social, política, econômica, etc. O sistema avançado de comunicação e a automatização dos serviços vêm oferecendo meios para uma maior abrangência de funções por parte da escola. Nesse dinamismo transformador que ora passa a sociedade, a escola não pode se fazer indiferente, visto que essas mudanças tem trazido novas expectativas em relação a essa instituição e dela é cobrada atitudes e procedimentos que estejam condizentes com essas intensas transformações não só em sua organização, mas em seus aspectos pedagógicos, tecnológico, metodológico e cultural. Estão sendo atribuídas à escola novas funções e responsabilidades, o que invariavelmente ocasiona um processo de descentralização. Assim, abre-se os horizontes para o que chamamos de gestão

democrática e, com ela, as noções de participação efetiva de todos os indivíduos que configuram a educação.

Para que a gestão democrática tenha condições de se estabelecer, algumas instâncias como o Conselho escolar, grêmio estudantil, a eleição de gestores, (a respeito desta última, trataremos da relação existente entre a eleição de gestores e o exercício da gestão na Escola Ana Faustina) devem estar em pleno vigor.

Para o real desenvolvimento de uma gestão escolar democrática é fundamental que a participação efetiva exista, tanto por parte dos educadores, como de pais, funcionários e alunos. A participação move ações para superação das barreiras existentes na comunidade escolar e é por intermédio dela que existe superação de dificuldades com o comprometimento por uma causa.

O motivo que levou à escolha da presente temática foi o fato de acreditar-se que, embora haja esse princípio democrático presente na escola, sua efetividade não acontece de maneira contundente. Membros da gestão, professores, pais e alunos necessitam de um conhecimento maior quanto aos ideais democráticos de participação.

Refletindo sobre a noção de participação a hipótese sustentada é de que a gestão democrática não está firmemente estabelecida visto que comunidade desconhece as diretrizes de uma gestão concebida sob o signo da ação democrática e, conseqüentemente, ignora a sua prática e importância, isto é, o sentido da democracia e suas ações coletivas.

Não causa estranheza o fato da gestão democrática não estar presente em sua inteireza no sistema de escolar. É fundamental que os sujeitos sociais envolvidos no processo, a ele estejam integrados, tanto na vontade quanto no embasamento. Nesse sentido, essa pesquisa, busca atender os nossos questionamentos e curiosidades e entender as facilidades e dificuldades que os sujeitos envolvidos na democratização enfrentam. Refletindo sobre essa noção de participação nosso problema de pesquisa está na seguinte questão: Qual a relação existente entre a eleição da gestão e o exercício dessa gestão na escola Ana Faustina em Surubim – PE?

Coletamos e discutimos os dados sob a luz dos conceitos de gestão democrática participativa, estabelecendo vínculos com os nossos objetivos de pesquisa que pretendem averiguar os níveis de participação e abertura tanto da instituição escolar, como da comunidade, para isso estruturamos nossa pesquisa com o objetivo geral: Compreender o processo de eleição e a ação da gestão na Escola Ana Faustina – Surubim – PE. Como objetivos específicos buscamos identificar as instâncias

democráticas existentes na Escola Ana Faustina; analisar a ação das instâncias democrática na escola e investigar o nível de abertura oferecido pela gestão aos sujeitos partícipes das instâncias.

1- ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Realizamos a seguinte pesquisa entre os meses de março e maio do corrente ano, cumprindo a carga horária mínima de 30 horas. Nosso campo de pesquisa foi a Escola Ana Faustina, localizada na Av. Agamenon Magalhães, centro de Surubim - PE. A referida escola acolhe cerca de 1.483 alunos de variadas faixa etária e que provém de diversos bairros da cidade e sítios do retorno do município. A escola funciona em três turnos e atende do 4º ano do Fundamental I até o Ensino médio; oferece EJA e Projeto Travessia.

A Escola em questão foi fundada 1945, pelo prefeito Nelson Barbosa que entregou a direção da ao Governo do Estado permanecendo até hoje. A situação nunca foi oficialmente ou juridicamente regulamentada, por esse motivo o Governo do Estado está impedido de reformar a Escola e precisa de quadra, refeitório, biblioteca e laboratório, reforma esta que todas as escolas estaduais próximas já receberam por ‘pertencer’ à Prefeitura. A escola ficará de fora do projeto de reformas do Governo do estado caso a legalização do prédio não aconteça. A gestão atual busca junto ao Prefeito a legalização e regulamentação da transferência do prédio para a administração estadual alegando que essa ação será benéfica para a escola e em prol do aluno, da qualidade de ensino. Já foi marcada uma reunião com o prefeito com a presença de toda comunidade escolar, representante de pais, alunos, professores e funcionários e agendada com o presidente da câmara uma audiência pública com a presença da comunidade civil onde mostrarão a importância dessas reivindicações. O prefeito se coloca aberto ao diálogo, mas a reunião ainda não aconteceu.

A estrutura do prédio funciona com 15 salas de aula, banheiros masculinos e femininos, secretária, sala de professores, pátio interno, biblioteca, sala de multimeios, laboratório de informática, quadra para esportes, cozinha e depósito de merenda.

Visando atingir nossos objetivos da pesquisa utilizamos uma abordagem qualitativa, Chizzotti (2006)¹:

Para nossa coleta de dados, recorreremos ao uso de observações como ferramenta indispensável à percepção das ações das instâncias sobre as quais estaremos pesquisando; conversas informais que nos permitirão identificar nas entrelinhas das falas dos sujeitos assuntos relevantes ao encaminhamento deste trabalho; e com o objetivo de adquirir conhecimentos a respeito das práticas de gestão na instituição pesquisada utilizaremos a entrevista que, conforme Chizzotti (2006): *“é um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende colher informações sobre fenômenos e indivíduos que detenham essas informações e possam emití-las”* (p. 57).

Para essa entrevista elegemos os seguintes sujeitos: a gestora, o gestor adjunto, 2 professores, a secretária da escola que é também secretária do Conselho Escolar, a representante dos professores e a representante dos pais no Conselho Escolar e a presidente do Grêmio Estudantil, por considerarmos a necessidade da diversidade de cargos, de influências e da participação desses sujeitos na escola, essenciais para o desenvolvimento do nosso trabalho, visto que este, por estar relacionado a eleição e ação da gestão, se faz oportuna um contato nosso com os sujeitos envolvidos nesses processos.

Identificaremos os sujeitos da seguinte forma: Gestora – G1; o Gestor Adjunto – G2; os professores – P1 e P2; a Secretária da Escola e do Conselho Escolar – SCE; A representante dos professores no Conselho Escolar – RPCE; a representante dos pais no Conselho Escolar – Rpaice; e a presidente do Grêmio – PG.

2- APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Buscamos para o desenvolvimento de nossa pesquisa o auxílio de alguns renomados autores que julgamos importantes e indispensáveis facilitadores para a nossa

¹ Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto [...]. (p. 84)

atividade de campo. A utilização de tais autores tem por objetivo consolidar nossos conceitos para estabelecermos relações com a nossa situação de pesquisa.

Inicialmente é importante considerarmos este referencial teórico considerando o conceito de escola eleito por Libâneo, Oliveira e Toschi (2006).²

Escola esta que pode ser entendida como organização e que Libâneo, Oliveira e Toschi (2006) definem como: *“unidade social que reúne pessoas que interage entre si, intencionalmente, operando por meio de estruturas ou de processos organizativos próprios, a fim de alcançar objetivos educacionais”* (p. 316).

A instituição escolar, assim como outras organizações, passa por inúmeros processos administrativos, porém esses processos tomam um encaminhamento diferente das demais por preocupar-se exclusivamente com a formação educacional dos cidadãos Abranches³ (2003)

Entendemos que o bom funcionamento de uma instituição escolar é indissociável do exercício gestor. Dentro desse exercício, encontram-se algumas práticas como: planejamento do trabalho da escola, racionalização do uso de recursos, e coordenação de avaliação do trabalho dos funcionários, tendo em vista as metas traçadas na elaboração do planejamento. A respeito disso Libâneo, Oliveira e Toschi (2006) alegam: *“a gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos”* (p. 218).

Considerando as diversas concepções e modalidades existentes de gestão, em nossa pesquisa nos deteremos na modalidade de gestão democrática-participativa.

É necessário compreender o que vem a ser uma gestão democrática da educação. Para isso nos apropriamos do conceito de Luce e Medeiros (2006)⁴

² A escola é o espaço de realização tanto dos objetivos do sistema de ensino quanto dos objetivos de aprendizagem. [...] é a instância integrante de todo social, sendo afetada pela estrutura econômica e social, pelas decisões políticas e pelas relações de poder em vigor na sociedade (p. 296 e 297).

³ A escola não é centro de tudo que há na sociedade, mas é uma das instâncias por onde circulam os mais variados interesses sociais, sendo responsável pela transmissão do saber e pela formação do indivíduo para o exercício da cidadania.[...](p.57)

⁴ Está associada ao estabelecimento de mecanismos institucionais e à organização de ações que desencadeiem processos de participação social: na formulação de políticas educacionais; na determinação de objetivos e fins da educação, no planejamento[...] (p. 18).

Na gestão democrática há uma constante interação na comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários) como maneira de legitimar pontos de vista das pessoas envolvidas nesse processo e que compõem a escola e a comunidade.

Segundo Bordenave, 1994 (citado por Luce e Medeiros 2006,) “*a escola tem a função de ensinar a participação*” (p. 17). Participação esta que não pode ser exercida de maneira passiva, descomprometida e alheia à realização conjunta dos objetivos. Mas entendida como manifestação e expressão efetiva de compromisso com os fundamentos organizacionais-escolares e sociais com atuações concretas e objetivas, Lück (2006)⁵

Para que haja uma eleição democrática-participativa, é necessário que os atores envolvidos nesse processo se façam presentes, ofereçam idéias e dêem opiniões, expressem o pensamento, analisem as situações de forma interativa e decidam sobre o melhor sujeito para gerir a escola. Envolvam-se de forma decisiva e comprometida na efetivação das ações dessa gestão da qual participam, em virtude do cumprimento dos objetivos e resultados propostos e desejados conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2006): “*A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática*” [...] (p.328).

Todo processo participativo em uma gestão democrática é facilitado pela descentralização de poder e de uma maior delegação de responsabilidades à escola e pela escola, Malpica(1994).⁶

Diante disso, compreende-se que a escola é fundamental para a formação de seres partícipes e autônomos. Autonomia que é oriunda do próprio cerne da escola e que se constitui um dos princípios e característica de uma gestão escolar participativa.

A gestão democrática da escola pressupõe a adoção de algumas instâncias de participação para tornar viável a formação de sujeitos atuantes e crítico. Esses atores podem exercer suas influências, fazer valer sua voz engajados nas instâncias democráticas na escola, e as principais são: Conselho escolar, elaboração do PPP, associação de pais, grêmios estudantis, eleição de gestores.

A busca pela democracia, fator primordial e indispensável para o aprimoramento da convivência humana tem na educação um veículo de grande relevância e, por isso, deve ser adotada como prática política e pedagógica pelas instituições de ensino.

⁵ Participar implica compartilhar responsabilidades, poder, por decisões tomadas em conjunto como uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços, no sentido da melhoria contínua e transformações necessárias[...] (p. 46 e 47).

⁶ [...] mudanças nas relações entre sistemas centrais e suas escolas, pela redistribuição de poder, passando, em consequência, as ações centrais, de comando e controle, para coordenação e orientação [...] (p. 56).

A forma de eleger e gerir a escola faz toda a diferença para o encaminhamento de suas atividades e de seus objetivos definindo também a participação dos atores principais da comunidade escolar (pais e alunos, funcionários e professores). É a partir do processo de participação e engajamento desses atores que a eleição de gestores que se acentua a possibilidade de desenvolvimento da gestão democrática na escola⁷.

Não é só o evento da eleição do gestor que é capaz de democratizar, mas a sua ação representativa como medida introdutória de um processo participativo geral que virá a se desenhar com o exercício da gestão.

Dessa forma, os atores envolvidos no processo de eleição devem indicar e escolher pessoas que sejam comprometidas com um ideário social democrático e dispostas a trabalhar de forma coletiva na construção de uma escola com princípios democráticos e a prestar serviços em atendimento aos planos de desenvolvimento organizacional e social amplos.

Seriam eleitas pessoas de melhores condições e competências para promover a realização desse ideário e de manter os membros da comunidade escolar, comprometidos e mobilizados com sua realização.

Outra instância de grande relevância da Gestão democrática é o Conselho escolar compreendido como o órgão colegiado que colabora diretamente na organização da escola através da participação, pela tomada de decisões e pela fiscalização dos recursos.⁸ Conforme Batista 2006 (citado por Luce e Medeiros, 2006)⁹:

O Conselho escolar é considerado a principal instância de uma gestão democrática, pois pressupõe que haja o respeito à diversidade, a idéia da necessidade de transparência e a colaboração de todos, visto que o objetivo de uma escola democrática, boa para todos é a sua qualidade. Quando se caminha de forma orgânica, com participação e o envolvimento de diversos atores no interesse da escola se desenha e se

⁷ Parente e Lück (citado por Lück 2006) afirmam que: A escolha do diretor escolar pela via da eleição direta e com a participação da comunidade vem se constituindo e se ampliando como mecanismo de relação diretamente legado à democratização da educação e da escola pública visando assegurar também a participação das famílias no processo da gestão da educação dos seus filhos (p. 76).

⁸ Como asseguram, a respeito disso Libâneo, Oliveira e Toschi (2006, p. 340)

O Conselho da escola tem atribuições consultivas, deliberativas e fiscais em questões definidas na legislação estadual ou municipal e no regimento escolar. [...] Em alguns lugares o conselho escolar é chamado de colegiado e sua função básica é democratizar as relações de poder (Paro, 1996; Ciseski e Romão, 1997).

⁹ [...] pode ser considerado, na atualidade como espaço político-institucional que trás à tona as “relações de poder” no âmbito da unidade escolar (p. 47).

constrói uma gestão diferente e, a partir daí, uma escola de qualidade se torna viável. Só se aprende fazendo e a escola é lugar de se aprender.

O PPP se configura no ambiente escolar democrático como a instância que define os procedimentos e metas que a escola irá adotar e almejar. É o princípio norteador de conduta dos profissionais que o elaboram e que o colocam em prática.

É de fundamental importância que a escola se organize de maneira a oferecer condições para a participação dos professores, alunos e seus pais, funcionários e representantes de diversos segmentos sociais da comunidade para que, em conjunto, decidam as linhas diretrizes da ação educativa. Sobre o PPP Cardoso (1999) alega¹⁰:

O Grêmios Estudantil funciona como a instância democrática que tem seu poder exercido essencialmente pelos alunos, sendo um meio de oportunizar aos alunos o ingresso nos processos de democracia, a começar pela participação ativa no ambiente escolar. Desta forma essas instâncias possibilitam nos alunos uma inserção na esfera política, potencializando suas atitudes, conflitos e discussões em busca da aprendizagem democrática. Segundo Marques (2007)¹¹

Levando em consideração o processo de descentralização por que passa a educação, a construção de instâncias democráticas constitui o pilar do exercício da democracia participativa. Sendo assim é de suma importância que a escola reflita sobre sua função na sociedade e oportunize a todos aqueles que estão inseridos nesse espaço educacional a possibilidade de atuação crítica e participante por meio de atitudes aspiram pelo princípio da democracia.

3- PERCEPÇÕES ANALISADAS SOBRE A ELEIÇÃO DE GESTORES A PARTIR DO CAMPO EMPÍRICO.

¹⁰ O projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. Ele deve garantir a unidade de ação na escola, ou seja, nortear as ações de seus agentes. [...] É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...] É pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias para que a unidade escolar cumpra seus propósitos e sua intencionalidade (p. 31).

¹¹ [...] se tomarmos por base a compreensão de que na escola não aprendemos só conteúdos, mas também valores e práticas, os jovens que têm a oportunidade de vivenciar experiências democráticas em sua formação serão jovens mais preparados ao exercício democrático na sociedade[...] (p.153).

Com o intuito de satisfazer nosso problema de pesquisa a respeito da relação existente entre a eleição de gestores e a prática de gestão democrática na Escola Ana Faustina, estruturamos a nossa análise a partir dos nossos objetivos.

Para que ocorra a efetivação dos processos democráticos na escola, a eleição de gestores deve ser tomada como ponto de partida, assim como as implicações que esta poderá trazer para o funcionamento das instâncias democráticas.

Em 2005 a GRE de Limoeiro-PE enviou às escolas um edital comunicando que haveria eleições para gestores escolares e apresentando os procedimentos a serem adotados por aqueles que pretendessem se candidatar a cargo de gestor. Para se candidatar, o profissional de ensino deveria passar por uma prova que seria aplicada pelo GRE, para isso o professor deveria se adequar aos seguintes critérios: ser professor efetivo e vinculado à rede estadual de ensino; ser graduado em pedagogia; ter experiência de pelo menos 3 anos em sala de aula. Depois de ser aprovado no exame, o professor passaria por uma capacitação em gestão escolar e, em seguida, escolheria a escola para a qual desejasse se candidatar a gestor.

Cada escola poderia ter apenas três candidatos. Cada candidato deveria apresentar suas propostas de trabalho para o quatro anos de gestão para a comunidade escolar; submeter sua proposta de trabalhos a debate com os outros candidatos diante da comunidade escolar. Em seguida, a comunidade escolar cria uma comissão eletiva e marca o dia da eleição.

A eleição deveria acontecer de forma direta e secreta com a participação dos professores, funcionários, pais de alunos regularmente matriculados e alunos de 12 anos ou a partir da 5ª série.

Conforme as recomendações enviadas pela GRE, da escola Ana Faustina se candidataram duas professoras. Ambas foram aprovadas no exame fizeram a capacitação e formaram chapa única candidata a gestão da escola em questão. Apresentaram à comunidade escolar suas propostas de trabalho e, após a criação da comissão organizadora da eleição que foi presidida e formada por educadores da própria escola, foi marcada a eleição e convocada a comunidade escolar para este ato democrático.

Como chapa única, para ser eleita, deveria ter 50% dos votos mais um. E dessa maneira ocorreu. A equipe foi eleita para conduzir de forma democrática a Escola Ana Faustina por quatro anos. Sendo que, antes de completar seu tempo de gestão, a gestora, por motivo de saúde precisou ausentar-se de sua função e de acordo com o edital do

GRE a Escola Ana Faustina realizou uma nova eleição. Cujas candidatas únicas foram a antiga gestora adjunta que formou sua chapa, apresentou suas propostas à comunidade escolar e se submeteu à eleição direta e secreta, de acordo com os procedimentos eleitorais acima já referidos.

3.1- IDENTIFICAÇÃO E AÇÕES DAS INSTÂNCIAS DEMOCRÁTICAS.

Considerando que em uma escola participativa existem algumas instâncias democráticas que devem ser cuidadosamente implantadas e utilizadas (PPP, Conselho Escolar, Grêmios Estudantis...), procuramos identificar e compreender as dinâmicas que as fazem instrumentos de democratização no nosso campo de pesquisa. Além da já referida eleição, identificamos durante as nossas visitas, que na Escola Ana Faustina existem outras instâncias democráticas como o PPP, o Grêmios Estudantis e o Conselho Escolar.

Discorreremos acerca de cada uma dessas instâncias democráticas.

Constatamos, através de entrevistas com dois professores e conversas informais com outros funcionários da instituição, que todas as pessoas envolvidas têm conhecimento do que significa o PPP e de sua importância para o norteamento das ações educativas na escola. A elaboração do mesmo é feita com a participação de toda a comunidade escolar: professores, equipe gestora e funcionários, sendo aprovada em Conselho Escolar, como relatam P2: “Antes de começar as aulas são marcadas as reuniões com professores e funcionários e cada item do PPP é analisado, podendo este ser mantido, alterado ou retirado, de acordo com as necessidades atuais. As possíveis mudanças são apresentadas em plenário, discutidas por todos e, assim aprovadas”

Durante o intenso processo de democracia em relação ao PPP, percebemos que há um esforço muito grande para a concretização dos itens abordados por este, pois segundo a afirmação de P1: *“Há uma constante conscientização feita pela equipe gestora, em todo o segmento escolar, para que seja criadas condições adequadas afim de que o PPP seja uma referência no processo de ensino-aprendizagem”*.

Em relação ao Conselho Escolar da gestão atual, conforme a fala da gestora, sua formação foi obtida mediante indicação coletiva e massiva, da qual participaram a equipe gestora, os professores vinculados à escola, os funcionários e os pais que foram instruídos e convocados para este fim. Assim, para o Conselho Escolar foram eleitos: a presidente que continuou sendo a mesma: antiga gestora, um vice-presidente (a gestora

atual), um tesoureiro (que é também o gestor adjunto), uma secretária (que é também a secretária da escola), e os representantes de pais, de alunos, de funcionários e de professores, uma para cada. Este conselho foi eleito em 2007 e já deveria ter sido renovado. Existe ainda a irregularidade de reuniões, que em 2008 deveriam ter acontecido quatro, mas apenas dois encontros foram realizados.

Diante desse desenho apresentado do conselho Escolar percebemos que há uma repetição de profissionais para diferentes cargos tanto no Conselho como na equipe gestora. É perceptivo também que há uma evidente disparidade entre a quantidade de pessoas da escola e de pais. Essa realidade entra em atrito com a concepção de formação de conselho escolar apresentada por Libâneo, Oliveira e Toschi (2006, p. 340) quando ele diz que *“sua composição tem certa proporcionalidade de participação dos docentes, dos especialistas em educação, dos funcionários, dos alunos e dos seus pais, observando, em princípio, a paridade entre integrantes da escola (50%) e a comunidade (50%)”*.

Observamos que, ainda que legitimado, o conselho escolar tem pouco poder de participação efetiva do universo escolar. Tendo como função exclusiva a deliberação com total ausência de refletividade e voz nas tomadas de decisões por parte dos representantes de pais e alunos, atendendo a interesses de professores e gestores que visam o bem estar da escola. Isto acontece devido a já mencionada repetição de profissionais para diferentes cargos, ou seja, os profissionais da educação que são membros do Conselho escolar são os mesmos que integram a equipe gestora.

Em relação ao Grêmio estudantil, podemos considerar que, assim como nas demais instâncias democráticas na Escola Ana Faustina, existe um conhecimento de democracia básico que dá conta do conceito e do funcionamento do grêmio na escola conforme detectamos nas palavras do G2: *“É associação escolar formada por alunos regulares da escola que representam os demais alunos e atuam em parceria com a equipe gestora, realizando atividades em prol do bem comum”*. Nesse sentido, expressa o sujeito G1: *“O grêmio estudantil tem como primeira função, a representação discente na escola buscando a integração desta com os demais seguimentos e levando em conta suas reivindicações e necessidades, promovendo o espírito de participação e envolvimento com a escola”*.

Quanto à eleição dessa instância, constatamos que aconteceu de maneira direta e secreta conforme institui o processo de eleição democrática.

Por orientação da equipe gestora os alunos se organizaram em grupos/chapas, elaboraram propostas e, em momentos oportunos organizados pela gestão, expuseram suas idéias para os demais discentes e lançaram-se em campanha. Tiveram direito a votos os alunos do 6º ano do ensino Fundamental até os alunos da 3ª série do Ensino Médio.

A chapa vencedora foi eleita para um mandato de dois anos, tempo este estabelecido em Assembléia Estudantil durante a campanha para a gestão do Grêmio com participação de todos os alunos.

Em entrevista, PG afirmou que uma das funções do Grêmio na escola é *“ajudar a equipe gestora desenvolver trabalhos, ajudar os alunos no que eles precisarem e que, é importante que o grêmio se torne uma família para os alunos e direção”*.

Contudo, isso nem sempre é possível na prática, parece não haver um consenso de idéia em relação a uma possível abertura da gestão escolar para com a gestão do grêmio pois, segundo PG: *“O Grêmio Estudantil não pode atuar porque a equipe gestora não dá abertura para o Grêmio fazer nada. Os projetos que tínhamos em mente foi tudo por água a baixo, não podemos fazer nada, há dificuldades para tudo, e em tudo somos barrados”*.

Em relação a essa questão G2 alega que: *“A gestão da escola orienta as ações do Grêmio Estudantil para que estejam sempre de acordo com as normas do regimento escolar”* e P2 diz que: *“Há uma liberdade supervisionada, através de orientação da gestão, devem ser obedecidas às normas vigentes no regimento escolar”*.

Com isso os princípios que norteiam uma gestão efetivamente democrática ficam comprometidos e com a responsabilidade cada vez maior de ajudar a gestão escolar a traçar metas e desenvolver projetos com a participação ativa de toda comunidade escolar: professores, alunos, pais e funcionários para um melhor desenvolvimento e qualidade de ensino.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Após apreciarmos os primeiros dados exploratórios desta pesquisa, sendo guiados pelos nossos objetivos que apontam para o conhecimento das relações existentes entre eleição e ação da gestão, confirmamos nossa hipótese de que a eleição democrática é uma importante ação de democracia coletiva para o estabelecimento de uma gestão democrática. No entanto essa ação democrática não deve se restringir à eleição e sim, fomentar a busca pela democracia participativa com a posterior ação das instâncias democráticas da escola.

No caso da Escola Ana Faustina, embora tenha existido, em todas as instâncias identificadas, o processo de eleição democrático, esse processo não funcionou como motivador para o surgimento e o funcionamento das demais instâncias, estas foram implementadas de forma estritamente jurídicas e não como resultados da participação consciente e do envolvimento com o processo introdutório de gestão que é a própria eleição com princípios democráticos.

Contudo, percebemos que há uma crescente e relevante motivação para o estabelecimento concreto da gestão democrática na escola, dificultado pela não consciência crítica da necessidade de participação ativa e decisiva na escola.

Entendendo a democracia como possibilidade e não como realidade estática, cabe enaltecer a disposição da gestão para o diálogo aberto com a comunidade, principalmente para com os pais que ainda se mostram indiferentes e alheios a consciência coletiva e da importância de sua participação nas ações da escola que é um agente transformador e formador da sociedade.

É imprescindível que a comunidade se envolva nos processos coletivos motivados pela gestão da escola e rompam com a inércia que os prendem e os mantém dispersos quanto ao que diz respeito à qualidade do gerenciamento da educação que objetiva uma melhoria nos níveis de participação, favorecendo assim, uma melhoria também considerável na formação dos educandos enquanto cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade/** Mônica Abranches. São Paulo, Cortez, 2003.

CARDOSO, Jarbas José. **Planejamento na escola: o Projeto Político Pedagógico.** Revista de administração educacional v.1 nº03, jan./jun. Recife: UFPE, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 8 edição. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, estruturas e organização.** 2 edição. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de. **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARQUES, Luciana Rosa. **A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007